

CLIPPING IMPRESSO 22/05/2013



INDICE

| 1. | JORNAL A TARDE |
|----|----------------------------|
| | 1.1. PRESIDÊNCIA |
| 2. | JORNAL ATOS E FATOS |
| | 2.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO |
| | 2.2. JUÍZES 5 |
| 3. | JORNAL CORREIO DE NOTICIAS |
| | 3.1. DECISÕES |
| | 3.2. VARAS CRIMINAIS |
| 4. | JORNAL ESTADO DO MARANHÃO |
| | 4.1. CASO DÉCIO SÁ |
| | 4.2. DECISÕES |
| | 4.3. PRESIDÊNCIA |
| | 4.4. VARA DA MULHER |
| 5. | JORNAL EXTRA |
| | 5.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO |
| | 5.2. JUÍZES |
| 6. | JORNAL O DEBATE |
| | 6.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO |
| | 6.2. DECISÕES |
| | 6.3. SEM ASSUNTO |
| | 6.4. VARAS CRIMINAIS |
| 7. | JORNAL O IMPARCIAL |
| | 7.1. EVENTOS |
| 8. | JORNAL PEQUENO |
| | 8.1. AÇÕES TJMA |
| | 8.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO |
| | 8.3. PRESIDÊNCIA |
| | 8.4. PUBLICIDADE LEGAL |
| | 8.5. VARAS CRIMINAIS |
| | |



Judiciário é convidado a participar da reforma da Lei de Execução Penal



Guerreiro Júnior orienta comissão a analisar modelos penais em prática no país e exterior

Pág.3



1º CADERNO - GERAL - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 38 (19 x 2 col)

JUDICIÁRIO É CONVIDADO A PARTICIPAR DA REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Judiciário é convidado a participar da reforma da Lei de Execução Penal

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, recebeu nesta terça-feira (21) o advogado Charles Dias, membro da Comissão Especial de Juristas criada pelo Senado Federal para aprimorar a Lei de Execução Penal (Lei Nº 7.210/1984), que determina o cumprimento de sentenças judiciais e prevê alternativas para a reintegração social dos condenados.

O advogado comunicou ao magistrado a sua presinomeação, pelo dente do Senado Federal, Renan Calheiros, integrar a comissão, que deverá, em prazo inicial de 60 dias, apresentar anteprojeto para atualizar a lei. Dias se colocou à disposição do Poder Judiciário para receber eventuais sugestões da magistratura estadual.

Guerreiro Júnior parabenizou o advogado pela indicação e recomendou à comissão de juristas a discussão de propostas junto às autoridades das áreas da Justiça e segurança pública do Poder Executivo estadual, juízes da execução penal e população maranhense.

"Elaborar uma nova lei de execução penal é um trabalho muito difícil. tendo em vista as mudanças ocorridas no país. Sugiro à comissão estudar a realidade local e também os modelos adotados pelos europeus e americanos, notadamente nos países de primeiro mundo, onde a execução penal é mais avançada", disse o desembargador.

Segundo Charles Dias, a lógica brasileira prioriza o processo e esquece a execução, o que levou à falência do sistema de execução penal e à sensação de impunidade. "A comissão foi instituída para criar mecanismos que permitam a materialização da execução penal, para que efetivamente a sentença penal se cumpra", ressaltou.

Ele disse que a sociedade civil e os juízes da execução penal da capital já estão sendo comunicados desse trabalho. Ele informou que devem ocorrer audiências públicas para discutir o tema e coletar sugestões ao anteprojeto de lei na comunidade.

Participaram da audiência o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha; o juiz auxiliar da presidência do TJMA, José Nilo Ribeiro Filho; e os advogados Moreira Serra Júnior e Maxwell Freire.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CASAMENTO COMUNITÁRIO P.: 3

22/05/2013 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 9 (3 x 3 col)

CGJ-MA ABRIRÁ NOVAS INSCRIÇÕES PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO EM SÃO LUÍS

CGJ-MA abrirá novas inscrições para casamento comunitário em SL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CASAMENTO COMUNITÁRIO P.: 4

22/05/2013 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 26 (13 x 2 col)

CGJ-MA ABRIRÁ NOVAS INSCRIÇÕES PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO EM SÃO LUÍS

CGJ-MA abrirá novas inscrições para casamento comunitário em São Luís

Motivada pela alta procura pelo casamento comuntiário em São Luís, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão abrirá, novamente, as inscrições para a cerimônia, que ainda terá data e local definidos. As inscrições serão feitas de 3 a 7 de junho, das 14h às 17h, na sede da CGJ-MA, mediante prévio agendamento, feito exclusivamente por telefone.

A Corregedoria disponibilizou dois telefones para os agendamentos: (98) 3221-8551 e 3221-8685. Por telefone, será agendado o dia entre 3 e 7 de junho - e horário de atendimento - entre 14h e 17h. O agendamento poderá ser feito a partir da próxima quinta-feira (23).

"Nosso objetivo é facilitar o acesso e agilizar o atendimento dos casais, para que eles não precisem ficar esperando muito tempo em fila. Serão 20 casais atendidos por dia. Caso a demanda aumente, podemos estudar a possibilidade de prorrogar as inscrições", informa a diretora-geral da CGJ-MA, Maria do Socorro Sousa.

Para as inscrições do casamento comunitário, no caso de nubentes solteiros, o casal deverá apresentar registro de nascimento (original) e comprovante de residência. Para divorciados, é exigida uma cópia autenticada da Carteira de Identidade e Certidão de Casamento com averbação do divórcio (original). enquanto que para os viúvos. são necessárias certidões de casamento e de óbito (original), cópia autenticada da Carteira de Identidade e comprovante de residência.



22/05/2013 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 4 NEUTRA - CM.: 10 (5 x 2 col) SOLUÇÃO EM VISTA

Solução em vista

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Alema, deputada Eliziane Gama (MD), informou que vai mediar um encontro com o responsável pela ação de despejo, e demais autoridades competentes, em relação ao conflito de terra que envolve a localidade conhecida como Engenho, no município de São José de Ribamar. Segundo a parlamentar, a ação tramita na Justiça e, em decisão proferida pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, qualquer ato que implique em invasão a posse do autor, será penalizado com multa diária no valor de R\$ 600.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DECISÕES 22/05/2013 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 12 (2 x 6 col)

ACUSADOS DE TRÁFICO DE DROGAS TEM PRISÃO MANTIDA NA JUSTIÇA

ACUSADOS DE TRÁFICO DE DROGAS TEM PRISÃO MANTIDA NA JUSTIÇA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DECISÕES 22/05/2013 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 8

POSITIVA - CM.: 72 (18 x 4 col)

ACUSADOS DE TRÁFICO DE DROGAS TEM PRISÃO MANTIDA NA JUSTIÇA

Acusados de tráfico de drogas tem prisão mantida na justiça

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal do Maranhão (TJMA) negou pedido de habeas corpus a Alcides Silva Paixão e Carlito Pereira, acusados de tráfico de drogas e presos em flagrante com cerca de 130 quilos de maconha. Paixão foi preso em São Luís, portando 79 quilos da droga e uma escopeta calibre 12. Pereira, por sua vez, foi surpreendido com 50 quilos de maconha, no município de Dom Pedro, a 310 km da capital.

As decisões - unânimes e em concordância com o parecer do Ministério Público, mantiveram a prisão preventiva dos dois acusados. Devidamente fundamentada, ela apresentou forte indício de autoria e materialidade. O relator do processo envolvendo Alcides Silva Paixão foi o desembargador Joaquim Figueireido. Ele entendeu que a reclusão - nos casos em que há grande quantidade de entorpecente - deve ser preservada para garantia da ordem públi-

Para o desembargador Froz Sobrinho - relator do proces-



Decisão foi unânime

so de Carlito Pereira - a manutenção da prisão decretada considerou a gravidade do delito e a possibilidade de o indiciado retornar ao crime, caso seja solto.

FATOS - Alcides Paixão foi preso em flagrante no dia 26 de fevereiro deste ano, na companhia de mais oito pessoas, em um sítio localizado numa invasão no bairro Alto Turu, na capital. Dos oito corréus, apenas Alcides e Kesse Jone Paiva Paixão (seu filho) foram denunciados. Carlito Pereira foi flagrado por policiais em 9 de novembro de 2012.



1º CADERNO - CIDADE - PAG.: 6

POSITIVA - CM.: 36 (9 x 4 col)

TRIBUNAL DO JÚRI CONDENA 10 ACUSADOS NO MÊS DE ABRIL

BALANÇO 🚾

Tribunal do Júri condena 10 acusados no mês de abril

Dos 17 julgamentos realizados pelo 4º Tribunal do Júri de São Luís em abril deste ano, os jurados condenaram 10 acusados de homicídio. As penas somadas totalizam mais de 133 anos de reclusão. No mesmo período, o Conselho de Sentença absolveu seis réus. Foram colocadas na pauta de julgamento 22 ações. Dois júris foram adiados e três processos retirados da pauta, sendo dois para realização de diligências e um para exame de insanidade mental do acusado. Houve ainda uma desclassificação para lesão corporal.

Foram condenados pelo júri popular: Walisson Cutrim - 7 anos e 11 meses de reclusão; Josimar de Jesus Mendes - 15 anos, 1 mês e 15 dias; Adriano Dias Pereira - 13 anos e 2 meses; Alexsandro Ferreira Costa - 12 anos e 6 meses; Paulo Roberto Ramos Lessa - 11 anos e três meses; Victor Lucci Costa da Silva - 15 anos, 7 meses e 15 dias; José Antônio Sá - 19 anos, 4 meses e 15 dias; Fredson Martins Costa -6 anos, 1 mês e 23 dias; José Mota Pereira Filho - 21 anos; Sivirino Fernandes de Almeida Filho - 9 anos, 4 meses e 15 dias. Diego da Conceição Cruz teve a punibilidade extinta, devido à sua morte.

Walace Dean Santos Rocha foi condenado a dois anos e um mês de reclusão. Inicialmente, ele foi submetido a júri popular por tentativa de homicídio, mas os jurados desclassificaram a conduta do réu, e o juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, condenou o acusado por crime de lesão corporal grave.

O 4º Tribunal do Júri absolveu José de Ribamar Silva Serra, Olavo dos Santos Barra, José Ribamar Melo, Jorge Henrique Amaral da Costa, Wilson Vieira e Josué Carvalho da Silva. Todas as sessões foram realizadas no salão da 4ª Vara do Tribunal do Júri, instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - CASO DÉCIO SÁ 22/05/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - POLÍCIA - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 48 (8 x 6 col) MULHER DE FABIO BRASIL SERIA MORTA, DIZ RELATÓRIO DO MP

S CASO DÉCIO S

Mulher de Fábio Brasil seria morta, diz relatório do MP

Acusados da morte do jornalista Décio Sá planejavam eliminar também Patrícia Gracielle, mulher do empresário assassinado em Teresina (PI), revela trecho de documento. Gravação teria sido feita no escritório do advogado Ronaldo Ribeiro. **Polícia 6**



POSITIVA - CM.: 120 (20 x 6 col)

MULHER DE FABIO BRASIL SERIA MORTA, DIZ RELATÓRIO DO MP

Mulher de Fábio Brasil estaria na lista para ser morta, diz MP

Relatório assinado pelo promotor Luis Carlos Duarte, divulgado ontem pelo jornalista Marco D'Eça em seu blog, informa que os autores da morte de Décio Sá pretendiam eliminar a mulher do empresário, assassinado no Piauí



epois de publicar com exclusividade parte do relatório do Ministério Público estadual (MP)

que trata do grau de participação do advogado Ronaldo Ribeiro na trama que resultou no assassinato do jornalista Décio Sá, o jornalista Marco D'Eça divulgou ontem em seu blog (marcoaureliodeca.com.br) outro trecho do documento que revela que a companheira do empresário Fábio Brasil, assassinado em Teresina, Patrícia Gracielle, também deveria ter sido morta. A inclusão da mulher no plano da quadrilha, segundo o MP, foi constatada em uma conversa entre Gláucio Carvalho e Júnior Bolinha, gravada pelo próprio agiota.

Ainda conforme o relatório, assinado pelo promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri, Luis Carlos Duarte, a gravação teria sido feita no escritório de Ronaldo Ribeiro, no bairro
Ponta d'Areia, local onde a Polícia Civil apreendeu 10 volumes de documentos, em maio de
2012, para apuração de crimes de agiotagem no estado. No endere-

ço, Gláucio Carvalho teria usado seu iPhone para gravar a conversa com *Júnior Bolinha*, aparelho que foi apreendido durante a Operação Detonando, realizada em junho do ano passado em São Luís e no interior.

Na transcrição do áudio, feita pelos peritos criminais Araney Rabelo da Costa e Lúcio Flávio Cavalcante, ambos do Instituto de Criminalística (Icrim) do Maranhão, teria ficado claro que Patrícia Gracielle só não morreu porque não estava em companhia do marido, na manhã do dia 31 de março de 2012, data em que Fábio dos Santos Brasil Filho. o Fábio Brasil, foi executado com três tiros na cabeça na capital piauiense por Jhonatan de Sousa Silva, o mesmo assassino que 23 dias depois matou Décio Sá. No relatório do MP, Gláucio Carvalho se afigura, portanto, como cúmplice de Júnior Bolinha.

Para identificar o agiota acusado de encomendar e financiar a morte do jornalista e o principal intermediador do crime, a perícia maranhense usa os códigos H1 (Gláucio Carvalho) e H2 (Júnior Bolinha). Em um dos diálogos, constado no laudo pericial nº 148/2012, a polícia observa: "H2



Fábio Brasil foi morto dentro de seu carro no centro de Teresina

– (ininteligível) os meninos mataram ela debaixo de...; H1 – Eu disse pra tu não fazer porra, tu é doido, oh o comentário aqui só pra tu ver; H2 – o menino na... (ininteligível); H1 – Rapaz tu é louco (ininteligível) eu te disse, cara (ininteligível) não disse, Júnior, se eu fizer esse negócio tem que fazer outro, mas eu não (ininteligível) te falei, tu é teimoso, deixa eu te falar".

Não satisfeito com a transcrição da polícia, Gláucio Alencar resolveu contratar o perito Ricardo Molina na esperança de que a captação dos trechos obscuros o ajudasse a provar sua inocência. Entretanto, o trabalho do Laboratório de Perícias Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, dotado dos mais avançados equipamentos no estado de São Paulo, apesar de "clarear" o que os peritos não captaram, pouco se diferenciou do trabalho do Icrim-MA, mas mostrou o diálogo entre os acusados sobre a mulher de Fábio Brasil. Para o agiota e o intermediador, Molina



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - CASO DÉCIO SÁ 22/05/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - POLÍCIA - PAG.: 6

POSITIVA - CM.: 120 (20 x 6 col)

MULHER DE FABIO BRASIL SERIA MORTA, DIZ RELATÓRIO DO MP

Mais

Sexta-feira (17), o advogado Adriano Cunha, que faz a defesa de Gláucio Carvalho, chegou a solicitar - após o término das audiências de instrução arroladas pela defesa de outros três réus no processo que apura a morte de Décio Sá - que o perito criminal Ricardo Molina fosse ouvido no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, como forma de acrescentar elementos que reforçassem a inocência do seu cliente. O juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Márcio Brandão, porém, indeferiu o pedido da defesa do agiota, justificando que, caso o advogado julgasse realmente importante a palavra do perito, que o inquirisse no período pré-estabelecido as oitivas das testemunhas arroladas pela defesa dos réus.

usa os códigos 1 e 2.

"2 – os meninos não mataram... os meninos não mataram ela [2/3]...; 1 – Eu disse pra tu não fazer, porra... tu é doido!... aqui, o comentário que tem aqui, só pra tu ver...; 2-os meninos não mataram ela porque ela não estava (doida) (...) (sic); 1-ah, mas tu é louco, de onde você tirou isso?... porra, eu te disse...; 2 – quando tem que fazer (uma coisa)...(sic); 1 – não disse, não disse... se... se... se eu fizesse esse negócio, por que fazer ou não...mas não quero fazer, eu te falei... porra, tu é teimoso!...", dialogaram Gláucio Carvalho e Júnior Bolinha, cujas defesas se movimentam.

Para os advogados do agiota, um dos elementos que confirmam a inocência de Gláucio Carvalho quanto à morte de Fábio Brasil seria o trecho em que o acusado diz: "I - isso aqui, sabe o que vai ter que acontecer?... já tou me movimentando com o advogado, por que essa mulher, com certeza, vai falar na delegacia que fui eu que fiz isso aqui, porra...". Para a polícia, no entanto, os diálogos mostram que Júnior Bolinha teve participação no crime, falando, inclusive, que uma das vítimas havia escapado por não estar no local e que Gláucio Carvalho sabia de tudo, mas nada fez para impedi-lo.





Mulher entra em táxi-lotação na Deodoro; motoristas que prestam o serviço foram os mais multados nos primeiros meses deste ano

Multados 394 este ano em SL

Número corresponde aos quatro primeiros meses deste ano, segundo dados do Detran; condutores dos táxis-lotação foram os principais autuados. **Cidades 1**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DECISÕES 22/05/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: 1

POSITIVA - CM.: 132 (22 x 6 col) MULTADOS 394 ESTE ANO EM SL

Transporte irregular de passageiros recebeu 394 multas em quatro meses

Dados são do Detran, em São Luís; táxis-lotação são os principais autuados na capital; esse tipo de infração está na 18ª posição no ranking de infrações cometidas na cidade; fevereiro foi o mês que registrou o maior número de infrações desse tipo

statísticas do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran) mostram que nos quatro primeiros meses deste ano foram registradas em São Luís 394 multas relacionadas com o transporte remunerado irregular de passageiros. Os condutores de táxis-lotação são os principais autuados na capital, pois exploram o serviço na ilegalidade.

Esse tipo de infração aparece na 18ª posição no ranking das infrações mais cometidas na cidade. Os dados do órgão estadual mostram que em janeiro foram registradas 89 multas relacionadas a esse tipo de irregularidade; em fevereiro, foram 152; em marco, 84; e em abril foram 69.

Atuação - A área Itaqui-Bacanga, em São Luís, é uma das principais regiões da cidade onde os condutores de táxis-lotação atuam. Cobrando tarifas que variam de R\$ 1,00 a R\$ 2,00, dependendo do destino, os donos desses automóveis transportam pessoas de bairros como Vila Embratel, Anjo da Guarda, Vila Nova, Alto da Esperança, entre outros, para o centro da cidade, retirando a renda que deveria ser destinada aos ônibus do sistema de transporte coletivo que atendem a área.

No centro da cidade, os táxislotação concentram-se no Anel Viário e na Praça Deodoro e muitas vezes atrapalham a cir-



Táxis-lotação são os mais autuados; veículos permanecem estacionados no Anel Viário à espera de passageiros

Saiba mais

De acordo com o artigo 231 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), fazer o transporte remunerado de pessoas ou bens, quando não for licenciado para esse fim, salvo casos de força maior ou com permissão da autoridade competente, corresponde a uma infração média, na qual o condutor tem de pagar multa e ainda pode ter o veículo apreendido.

culação dos ônibus que atuam na região, pois os automóveis param no meio da pista para pegar passageiros e ficam estacionados próximo às paradas de ônibus.

Apesar de tratar-se de um

serviço clandestino, muitos usuários de transporte coletivo apoiam a atuação dos táxis-lotação. De acordo com a estudante universitária Lucília Lima, os ônibus demoram a passar e os táxis-lotação são necessários para atender melhor os usuários. "Os ônibus demoram a passar e nós temos de ficar esperando. Com relação aos táxislotação, as pessoas precisam trabalhar e elas não estão fazendo nada de mau", disse.



POSITIVA - CM.: 132 (22 x 6 col) MULTADOS 394 ESTE ANO EM SL

> Para o encarregado de limpeza Willame Mendes, o sistema de transporte coletivo oferecido para a área Itaqui-Bacanga é precário e por isso os táxis-lotação são bem-vindos. "Eles ajudam muito, pois os ônibus demoram e ainda estão lotados", afirmou.

> Decisão - No dia 18 de março, a Cooperativa de Táxi e Transporte da Área Itaqui-Bacanga (Coopertaib), uma das organizações de transporte remunerado de passageiro que atua na região, foi beneficiada por uma decisão do juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Jorge Figueiredo dos Anjos, que determinou que o Município de São Luís fornecesse a autorização da atividade táxi-lotação aos associados da entidade. Em outubro de 2011, já havia sido dada uma liminar favorável à cooperativa, que foi suspensa pela presidência do Tribunal de Justiça (TJ) na ocasião, a pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM).

> Porém, na avaliação do procurador-geral do Município, Marcos Braid, a decisão dada pela 3ª Vara não tem aplicabilidade imediata, por causa de um pedido de suspensão de liminar que já havia sido feito pela Procuradoria Geral do Município em 2011 e que foi concedido pelo então presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon, seguido por todos os desembargadores do tribunal.

Números

394

foi a quantidade de multas registradas de janeiro a abril em São Luís por transporte remunerado irregular de passageiros

89

foi a quantidade de multas em janeiro

152

foi a quantidade de multas em fevereiro

84

foi a quantidade de multas em março

69

foi a quantidade de multas em abril



TJ É CONVIDADO A PARTICIPAR DE REFORMA DE LEI

TJ é convidado a participar de reforma de lei

Advogado Charles Dias, membro da Comissão de Juristas, se coloca à disposição do Judiciário para receber sugestões

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, recebeu ontem o advogado Charles Dias, membro da Comissão Especial de Juristas criada pelo Senado Federal para aprimorar a Lei de Execução Penal (Lei Nº 7.210/1984), que determina o cumprimento de sentenças judiciais e prevê alternativas para a reintegração social dos condenados.

O advogado comunicou ao magistrado a sua nomeação, pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, para integrar a comissão, que deverá, em prazo inicial de 60 dias, apresentar anteprojeto para atualizar a lei. Dias se colocou à disposição do Poder Judiciário para receber eventuais sugestões da magistratura estadual.

Guerreiro Júnior parabenizou o advogado pela indicação e recomendou à comissão de juristas a discussão de propostas junto às autoridades das áreas da Justiça e segurança pública do Poder Executivo estadual, juízes da execução penal e população maranhense.

"Elaborar uma nova lei de execução penal é um trabalho muito dificil, tendo em vista as mudanças ocorridas no país. Sugiro à comissão estudar a realidade local e também os modelos adotados pelos europeus e americanos, notadamente nos países de primeiro mundo, onde a execução penal é mais avançada", disse o desembargador.

Segundo Charles Dias, a lógica brasileira prioriza o processo e esquece a execução, o que levou à falência do sistema de execução penal e à sensação de impunidade. "A comissão foi instituída para criar mecanismos que permitam a materialização da execução penal, para que efetivamente a sentença penal se cumpra", ressaltou.

Ele disse que a sociedade civil e os juízes da execução penal da capital já estão sendo comunicados desse trabalho. Ele informou que devem ocorrer audiências públicas para discutir o tema e coletar sugestões ao anteprojeto de lei na comunidade.

Participaram da audiência o corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha; o juiz auxiliar da presidência do TJ-MA, José Nilo Ribeiro Filho, e os advogados Moreira Serra Júnior e Maxwell Freire

Finalidade - A Comissão Especial de Juristas foi criada em 4 de abril deste ano, com a finalidade de estudar e elaborar propostas de alterações na LEP, em vigor no país há 28 anos. As propostas apresentadas serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, em seguida, à Câmara dos Deputados.

Serão reavaliados direitos e deveres dos sentenciados; o equilíbrio entre a aplicação da pena e a gravidade do delito e os custos do sistema prisional. Segundo o Senado Federal, o Brasil gasta hoje cerca de R\$ 40 mil ao ano com cada preso, o que equivaleria a três vezes mais do que é investido por aluno no curso superior.



Charles Dias (e) em coversa ontem no TJMA com Guerreiro Júnior



1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 2

NEUTRA - CM.: 84 (21 x 4 col)

CPI DA MULHER CHEGA HOJE A IMPERRATRIZ E VISITA ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

CPI da Mulher chega hoje a Imperatriz evisita órgãos de segurança

Deputada Francisca Primo, presidente da comissão, afirma que, a partir de agora, os trabalhos serão intensificados no estado

Ronaldo Rocha

Da editoria de Política

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Combate à Violência Contra a Mulher, presidida pela deputada estadual Francisca Primo (PT), embarca hoje para a cidade de Imperatriz. Os parlamentares farão visitas a todos os órgãos que atuam no combate ou prevenção à violência contra a pessoa do sexo feminino e solicitarão à Delegacia da Mulher cópias de pelo menos dois inquéritos de casos ainda não concluídos pela polícia naquela cidade.

Francisca Primo revelou que são quatro os casos de violência contra a mulher investigados pela comissão até o momento. Dois destes casos ocorreram em Imperatriz: o assassinato da feirante Maria Madalena Silva - no dia 2 de abril - e a morte de Elielda Miranda, que teve mais de 70% de seu corpo queimado. "Como há um alto índice de violência contra a mulher em Imperatriz, resolvemos ir para lá fazer um levantamento. Esse é um dos papéis da comissão", disse.

Primo destacou que os parlamentares querem levantar junto aos órgãos públicos que tipo de tratamento é dado à mulher vítima de violência em Imperatriz. "Serão visitados nestes dois dias a Delegacia da Mulher, o Instituto Médico Legal (IML), a Casa Abrigo, o Centro de Referência em Atendimento à Mulher, a Vara especializada, a promotoria e a Defensoria Pública", destacou.

A deputada afirmou que, com o cronograma montado, entra em fase de intensificação de trabalhos a CPI da Mulher. "Entramos agora num momento de maior intensidade da CPI e o nosso trabalho segue a mesma linha da CPMI [Comissão Parlamentar Mista de Inquérito] em Brasília. Já conversamos com a delegada da mulher que atua em São Luís, com a defensoria, com o movimento de mulheres, com o conselho e com uma especialista, que tem um trabalho desenvolvido nesta área. Estamos trabalhando diariamente", disse.

Primo revelou que, após a cidade de Imperatriz ser visitada, os parlamentares poderão agendar compromissos em Açailândia. "Açailândia também tem elevados índices de violência contra a mulher e certa precariedade na segurança pública, mas até o momento não há nada definido. Vamos primeiro concentrar as ações em Imperatriz", completou.

Além de visitar órgãos públicos, a comissão também colherá novas denúncias de violência contra a mulher.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CASAMENTO COMUNITÁRIO P.: 17

22/05/2013 - JORNAL EXTRA

1º CADERNO - HORA EXTRA - PAG.: 5

POSITIVA - CM.: 16 (8 x 2 col)

CGJ-MA ABRIRÁ INSCRIÇÕES PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO EM SÃO LUÍS

CGJ-MA abrirá inscrições para casamento comunitário em São Luís

Motivada pela alta procura pelo casamento comunitário em São Luís, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão abrirá, novamente, as inscrições para a cerimônia, que ainda terá data e local definidos. As inscrições serão feitas de 3 a 7 de junho, das 14h às 17h, na sede da CGJ-MA, mediante prévio agendamento, feito exclusivamente por telefone.

A Corregedoria disponibilizou dois telefones para os agendamentos: (98) 3221-8551 e 3221-8685. Por telefone, será agendado o dia – entre 3 e 7 de junho – e horário de atendimento – entre 14h e

17h. O agendamento poderá ser feito a partir desta quinta-feira (23).

Para as inscrições do casamento comunitário, no caso de nubentes solteiros, o casal deverá apresentar registro de nascimento (original) e comprovante de residência. Para divorciados, é exigida uma cópia autenticada da Carteira de Identidade e Certidão de Casamento com averbação do divórcio (original), enquanto que para os viúvos, são necessárias certidões de casamento e de óbito (original), cópia autenticada da Carteira de Identidade e comprovante de residência.



1º CADERNO - CONCEITO SOCIAL - PAG.: 8

POSITIVA - CM.: 72 (18 x 4 col)

4º VARA DA FAZENDA DE SÃO LUÍS TEM NOVO TITULAR

click Especial



procuradora de Justiça aposentada, Maria das Dores Teixeira

4ª Vara da Fazenda de São Luís tem novo titular

juiz Cícero Dias de Sousa Filho é novo titular da 4º Vara da Fazenda Pública de São Luís. O magistrado entrou em exercício nesta terça-feira (21), no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. Ele assumiu a vaga deixada por Megbel Abdala Tanus Ferreira, eleito em março deste ano desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Antes de assumir a 4º Vara da Fazenda Pública, Cícero Dias Filho foi o titular do 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Cohab). Foi procurador de Justiça do Maranhão, antes de ingressar na magistratura estadual. Assumiu o cargo de juiz de Direito em 1990, servindo na Comarca de São Luís Gonzaga. Exerceu suas atividades judicantes também nas comarcas de São José de Ribamar, Imperatriz, Grajaú e Chapadinha.

A Comarca de São Luís conta com sete Varas da Fazenda Pública, instaladas no 7º andar do Fórum Des. Sarney Costa. Três (6°, 7° e 8° varas) são privativas de execução fiscal. As demais têm competência relativa às demandas que guardam relação com a Fazenda Pública Estadual, Municipal e Saúde Pública, além de improbidade administrativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CASAMENTO COMUNITÁRIO P.: 19

22/05/2013 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - CIDADE - PAG.: 10 POSITIVA - CM.: 28 (7 x 4 col)

INSCRIÇÕES PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO EM SÃO LUÍS

CORREGEDORIA GERAL

Inscrições para casamento comunitário em São Luís

Motivada pela alta procura pelo casamento comunitário em São Luís, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão abrirá, novamente, as inscrições para a cerimônia, que ainda terá data e local definidos. As inscrições serão feitas de 3 a 7 de junho, das 14h às 17h, na sede da CGJ-MA, mediante prévio agendamento, feito exclusivamente por telefone.

A Corregedoria disponibilizou dois telefones para os agendamentos: (98) 3221-8551 e 3221-8685. Por telefone, será agendado o dia - entre 3 e 7 de junho - e horário de atendimento - entre 14h e 17h. O agendamento poderá ser feito a partir da próxima quinta-feira (23).

"Nosso objetivo é facilitar o acesso e agilizar o atendimento dos casais, para que eles não precisem ficar esperando muito tempo em fila. Serão 20 casais atendidos por dia. Caso a demanda aumente, podemos estudar a possibilidade de prorrogar as inscrições", informa a diretora-geral da CGJ-MA, Maria do Socorro Sousa.

Para as inscrições do casamento comunitário, no caso de nubentes solteiros, o casal deverá apresentar registro de nascimento (original) e comprovante de residência. Para divorciados, é exigida uma cópia autenticada da Carteira de Identidade e Certidão de Casamento com averbação do divórcio (original), enquanto que para os viúvos, são necessárias certidões de casamento e de óbito (original), cópia autenticada da Carteira de Identidade e comprovante de residência. MANTIDA A PRISÃO DE ACUSADOS DE TRÁFICO DE DROGAS



PEDIDO NEGADO

Mantida a prisão de acusados de tráfico de drogas

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal do Maranhão (TJMA) negou pedido de habeas corpus a Alcides Silva Paixão e Carlito Pereira, acusados de tráfico de drogas e presos em flagrante com cerca de 130 quilos de maconha.

Paixão foi preso em São Luís, portando 79 quilos da droga e uma escopeta calibre 12. Pereira, por sua vez, foi surpreendido com 50 quilos de maconha, no município de Dom Pedro, a 310 km da capital.

AS DECISÕES - unânimes e em concordância com o parecer do Ministério Público, mantiveram a prisão preventiva dos dois acusados. Devidamente fundamentada, ela apresentou forte indício de autoria e materialidade.

O relator do processo envolvendo Alcides Silva Paixão foi o desembargador Joaquim Figueireido. Ele entendeu que a reclusão - nos casos em que há grande quantidade de entorpecente deve ser preservada para garantia da ordem pública.

Para o desembargador Froz Sobrinho - relator do processo de Carlito Pereira - a manutenção da prisão decretada considerou a gravidade do delito e a possibilidade de o indiciado retornar ao crime, caso seja solto.

FATOS - Alcides Paixão foi preso em flagrante no dia 26 de fevereiro deste ano, na companhia de mais oito pessoas, em um sítio localizado numa invasão no bairro Alto Turu, na capital. Dos oito corréus, apenas Alcides e Kesse Jone Paiva Paixão (seu filho) foram denunciados. Carlito Pereira foi flagrado por policiais em 9 de novembro de 2012.



22/05/2013 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 11 POSITIVA - CM.: 28 (14 x 2 col)

4º TRIBUNAL DO JÚRI REALIZOU 17 JULGAMENTOS NO MÊS DE ABRIL

SÃO LUÍS

4º Tribunal do Júri realizou 17 julgamentos no mês de abril

Dos 17 julgamentos realizados pelo 4º Tribunal do Júri de São Luís em abril deste ano, os jurados condenaram 10 acusados de homicídio. As penas somadas totalizam mais de 133 anos de reclusão. No mesmo período, o Conselho de Sentença absolveu seis réus. Foram colocadas na pauta de julgamento 22 ações. Dois júris foram adiados e três processos retirados da pauta, sendo dois para realização de diligências e um para exame de insanidade mental do acusado. Houve ainda uma desclassificação para lesão corporal.

CONDENADOS - Foram condenados pelo júri popular: Walisson Cutrim - 7 anos e 11 meses de reclusão; Josimar de Jesus Mendes - 15 anos, 1 mês e 15 dias; Adriano Dias Pereira - 13 anos e 2 meses; Alexsandro Ferreira Costa - 12 anos e 6 meses; Paulo Roberto Ramos Lessa - 11 anos e três meses; Victor Lucci Costa da Silva - 15 anos, 7 meses e 15 dias; José Antônio Sá - 19

anos, 4 meses e 15 dias; Fredson Martins Costa - 6 anos, 1 mês e 23 dias; José Mota Pereira Filho - 21 anos; Sivirino Fernandes de Almeida Filho - 9 anos, 4 meses e 15 dias. Diego da Conceição Cruz teve a punibilidade extinta, devido à sua morte.

Walace Dean Santos Rocha foi condenado a dois anos e um mês de reclusão. Inicialmente, ele foi submetido a júri popular por tentativa de homicídio, mas os jurados desclassificaram a conduta do réu, e o juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, condenou o acusado por crime de lesão corporal grave.

ABSOLVIDOS - O 4º Tribunal do Júri absolveu José de Ribamar Silva Serra, Olavo dos Santos Barra, José Ribamar Melo, Jorge Henrique Amaral da Costa, Wilson Vieira e Josué Carvalho da Silva. Todas as sessões foram realizadas no salão da 4ª Vara do Tribunal do Júri, instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 22/05/2013 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - NACIONAL - PAG.: 2 NEUTRA - CM.: 20 (10 x 2 col)

JOAQUIM BARBOSA COBRA TRIBUNAIS SOBRE JULGAMENTO DE AÇÕES DE IMPROBIDADE

RESULTADOS

Joaquim Barbosa cobra tribunais sobre julgamento de ações de improbidade

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, encaminhou ontem ofício aos presidentes dos tribunais brasileiros cobrando o julgamento, em 2013, de todas as ações de improbidade e de crimes contra a administração pública distribuídas até 2011. A medida faz parte da Meta 18, estabelecida no final do ano passado após encontro nacional do Judiciário.

A Meta 18 vincula 27 tribunais de justiça estaduais, cinco tribunais regionais federais e o Superior Tribunal de Justiça. Segundo os números mais recentes, há mais de 98 mil processos dentro da meta, mas até agora apenas 35,9 mil foram julgados.

No ofício, Barbosa pede a

atualização correta e regular das informações sobre o cumprimento da Meta 18. A medida foi tomada porque os tribunais estavam alimentando os dados no sistema de forma incorreta. Muitos levantamentos levam em conta apenas determinadas instâncias e não toda a jurisdição sob responsabilidade do tribunal, deixando os dados incompletos.

Até o momento, somente nove cortes conseguiram julgar mais de 50% dos processos - os tribunais estaduais do Ceará, Acre, Rondônia, Amapá, Minas Gerais, Sergipe, Paraná e federais da 4ª e da 5ªRegião. Os tribunais regionais federais da 1ª e da 3ª regiões e o tribunal de Roraima ainda não repassaram qualquer informação ao CNJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - EVENTOS 22/05/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 2 POSITIVA - CM.: 34 (17 x 2 col) SEMED REALIZA PRIMEIRA REUNIÃO SOBRE GESTORES

ELEIÇÃO

Semed realiza primeira reunião sobre gestores

A primeira reunião interinstitucional para implantação do processo eleitoral para escolha dos gestores escolares da rede municipal de ensino foi realizada na manhã de ontem, na Secretaria de Educação (Semed). Entre os assuntos tratados no encontro, os critérios necessários do perfil profissional ao administrador escolar.

"Democracia e transparência integram a política de gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior e, por isso, estamos discutindo a implantação desse processo inédito de seleção dos gestores escolares que iremos implantar na nossa capital", destacou o secretário de Educação, Allan Kardec Duailibe.

Além do titular da pasta de Educação e equipe técnica da Secretaria, também estiveram presentes: Roberto Mauro Gurgel, presidente do Conselho Municipal de Educação (CME); Elisabeth Ribeiro Castelo Branco, presidente do Sindicato dos Profissionais do magistério da Rede Municipal de São Luís (SindEducação); Carlos André Dublante, representante da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Joaires Sidney Ribeiro, representante da Universidade Estadual do Maranhão (Uema); e Luzia Marilene Araújo, representante da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Portaria

O secretário de Educação, Allan Kardec Duailibe, assinou a portaria n.º 14/2013 que instituiu a criação do grupo de trabalho cujas atividades foram iniciadas na manhã desta terçafeira (21). O objetivo do GT é estudar, planejar e viabilizar o processo eleitoral para a seleção dos gestores escolares.

Durante audiência pública na Câmara Municipal de São Luís, que ocorreu em março deste ano, o titular da pasta de Educação, anunciou à sociedade que os gestores escolares da rede municipal de ensino serão escolhidos por meio de processo eleitoral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - AÇÕES TJMA 22/05/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 8 POSITIVA - CM.: 36 (12 x 3 col) TRIBUNAL DE JUSTIÇA INSTALA COMARCA EM JOSELÂNDIA

Tribunal de Justiça instala comarca em Joselândia

DIVULGAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, instalam na sexta-feira (24), às 10h, a Comarca de Joselândia (a 327 km de São Luís), cujo fórum está localizado na Avenida Duque de Caxias, s/n, centro.

O juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa, titular da 2ª Vara de Presidente Dutra, vai responder interinamente pela nova comarca.

Amnhã (23), os desembargadores estarão em Bacabal para a solenidade de instalação da Turma Recursal daquela comarca. A nova unidade judiciária estadual tem como endereço o Fórum Freitas de Carvalho (Rua Manoel Alves de Abreu, s/n).

Com a instalação da Comarca de Joselândia – até então termo judiciário de Presidente Dutra – serão atendidos mais de 25 mil



Guerreiro Júnior e Cleones Cunha vão instalar unidades do Judiciário em Bacabal e Joselândia

jurisdicionados do município. São José dos Basílios funcionará como termo da nova jurisdição.

Resolução – A instalação da Turma Recursal de Bacabal está prevista na Resolução 56/2012, do Tribunal de Justiça, que criou oito turmas recursais integrantes do Sistema de Juizados Especiais do Estado, com sede nas comarcas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Balsas, Caxias, Chapadinha, Presidente Dutra e Pinheiro.

Em junho, deve ser instaladas as turmas recursais de outras comarcas. São Luís, por exemplo, funcionará com turma única.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CASAMENTO COMUNITÁRIO P.: 25

22/05/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 8 POSITIVA - CM.: 14 (14 x 1 col)

INSCRIÇÕES PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO SEGUEM ATÉ DIA 3 DE JUNHO EM PIO XII

Inscrições para casamento comunitário seguem até dia 3 de junho em Pio XII

Estão abertas até o próximo dia 3 de junho, na Comarca de Pio XII, as inscrições para o casamento comunitário promovido pelo Poder Judiciário. A cerimônia será realizada no dia 19 de junho, às 18h, na quadra de esportes do Centro de Ensino Médio Rafael Braga (Rua Maranhão, s/n, Bairro Monteiro, Pio XII).

Segundo edital assinado pela juíza Mirella Cezar Freitas, titular da Comarca de Olho d'Água das Cunhãs e respondendo por Pio XII, os interessados em participar da cerimônia devem comparecer à Secretaria Extrajudicial da comarca (Rua Juscelino Kubistcheck, s/n, Centro), de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 17h.

Entre os documentos exigidos para a inscrição, certidão de nascimento original ou atenticada (para solteiros), certidão de casamento com averbação do divórcio (para divorciados), cópia da certidão de óbito e de casamento do(a) falecido(a) devidamente autenticadas (para viúvos).

Para nubentes com idade de 16 anos, é exigida a autorização dos pais que devem comparecer, juntamente com o casal, munidos dos documentos pessoais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CASAMENTO COMUNITÁRIO P.: 26

22/05/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 12 POSITIVA - CM.: 22 (22 x 1 col)

CGJ-MA ABRIRÁ INSCRIÇÕES PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO EM SÃO LUÍS

CGJ-MA abrirá inscrições para casamento comunitário em São Luís

Motivada pela alta procura pelo casamento comuntiário em São Luís, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão abrirá, novamente, as inscrições para a cerimônia, que ainda terá data e local definidos. As inscrições serão feitas de 3 a 7 de junho, das 14h às 17h, na sede da CGJ-MA, mediante prévio agendamento, feito exclusivamente por telefone.

A Corregedoria disponibilizou dois telefones para os agendamentos: (98) 3221-8551 e 3221-8685. Por telefone, será agendado o dia – entre 3 e 7 de junho – e horário de atendimento – entre 14h e 17h. O agendamento poderá ser feito a partir da próxima quintafeira (23).

Para as inscrições do casamento comunitário, no caso de nubentes solteiros, o casal deverá apresentar registro de nascimento (original) e comprovante de residência. Para divorciados, é exigida uma cópia autenticada da Carteira de Identidade e Certidão de Casamento com averbação do divórcio (original), enquanto que para os viúvos, são necessárias certidões de casamento e de óbito (original), cópia autenticada da Carteira de Identidade e comprovante de residência.



1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 12 POSITIVA - CM.: 40 (10 x 4 col)

JUDICIÁRIO É CONVIDADO A PATICIPAR DA REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Judiciário é convidado a participar da reforma da Lei de Execução Penal

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, recebeu ontem (21) o advogado Charles Dias, membro da Comissão Especial de Juristas criada pelo Senado Federal para aprimorar a Lei de Execução Penal (Lei Nº 7.210/1984), que determina o cumprimento de sentenças judiciais e prevê alternativas para a reintegração social dos condenados.

O advogado comunicou ao magistrado a sua nomeação, pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, para integrar a comissão, que deverá, em prazo inicial de 60 dias, apresentar anteprojeto para atualizar a lei. Dias se colocou à disposição do Poder Judiciário para receber eventuais sugestões da magistratura estadual. Guerreiro Júnior parabenizou o advogado pela indicação e recomendou à comissão de juristas a discussão de propostas junto às autoridades das áreas da Justiça e segurança pública do Poder Executivo estadual, juízes da execução penal e população maranhense.

"Elaborar uma nova lei de execução penal é um trabalho muito difícil, tendo em vista as mudanças ocorridas no país. Sugiro à comissão estudar a realidade local e também os modelos adotados pelos europeus e americanos, notadamente nos países de primeiro mundo, onde a execução penal é mais avançada", disse o desembargador.

Segundo Charles Dias, a lógica brasileira prioriza o processo e esquece a execução, o que levou à falência do sistema de execução penal e à sensação de impunidade. "A comissão foi instituída para criar mecanismos que permitam a materialização da execução penal, para que efetivamente a sentença penal se cumpra", ressaltou.

Ele disse que a sociedade civil e os juízes da execução penal da capital já estão sendo comunicados desse trabalho. Ele informou que devem ocorrer audiências públicas para discutir o tema e coletar sugestões ao anteprojeto de lei na comunidade.

Participaram da audiência o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha; o juiz auxiliar da presidência do TJ-MA, José Nilo Ribeiro Filho; e os advogados Moreira Serra Júnior e Maxwell Freire.



22/05/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 5

Aviso/Edital/Publicidade - CM.: 20 (10 x 2 col)

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO N° 32/2013 Processo Administrativo n° 52.345/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que o sob a égide da Lei nº. 10.520/02, Decreto Estadual nº. 26.645/10/05, Portaria 306/10-TJ/MA, e, subsidiariamente, das disposições da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº. 123/06 e Decreto Federal nº. 5.450/05, a REABERTURA DE PRAZO da licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, POR ÍTEM, através do Sistema Registro de Preços, para Aquisição de material de expediente, marcado para o dia 08/05/2013, às 09:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia 10/06/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

O pregoeiro informa que, o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 21 de maio de 2013.

Fernando Marcelo Aramaki Fernandes Pregoeiro Oficial TJMA



1º CADERNO - NACIONAL - PAG.: 10 Aviso/Edital/Publicidade - CM.: 20 (10 x 2 col) AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO N° 28/2013 Processo Administrativo n° 1646/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que o sob a égide da Lei nº. 10.520/02, Decreto Estadual nº. 26.645/10/05, Portaria 306/10-TJ/MA, e, subsidiariamente, das disposições da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº. 123/06 e Decreto Federal nº. 5.450/05, a REABERTURA DE PRAZO da licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, POR ÍTEM, Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e a rede mundial de computadores, marcado para o dia 16/05/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia 05/06/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet. gov.br.

O pregoeiro informa que, o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 21 de maio de 2013.

Jonnilson Nogueira dos Passos Pregoeiro TJ/MA



22/05/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 16 NEUTRA - CM.: 24 (6 x 4 col)

PM PRENDE FORAGIDOS DA JUSTIÇA EM CAXIAS

PM prende foragidos da Justiça em Caxias

Por volta das 6h, de ontem (21), uma operação realizada pela Polícia Militar, por meio do Serviço de Inteligência e do Grupo de Operações Especiais do 2º BPM, culminou com a prisão de dois foragidos da Justiça. Um deles foi identificado como Helton Cantanhede dos Santos, conhecido como "Magno", de 25 anos, residente na Rua 16 de Janeiro, no Bairro do Tamarineiro — cidade de Caxias.

Segundo os militares, Magno estava cumprindo pena, por prática de assaltos, na Casa de Custódia de Presos de Justiça de Caxias (CCPJ, e havia sido beneficiado com indulto no último Dia das Mães (12), e não se reapresentou para cumprir o restante da pena. Ele também é suspeito de ter participado de assaltos durante o período em que esteve foragido. A prisão dele foi feita pelos PMs enquanto dormia na casa de um irmão, nos Caldeirões.

O outro preso trata-se de José de Arimatéia Pereira, o "Mazim", de 18 anos, residente na Rua Nova – no Teso Duro, contra o qual havia um mandado de prisão em aberto, por prática de um latrocínio ocorrido no ano passado. Ele também é suspeito de participar de assaltos.

Os dois homens são considerados de alta periculosidade e foram apresentados no 1º DP para as providências necessárias.



Helton Cantanhede e José de Arimatéia voltaram para a prisão



22/05/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - CIDADE - PAG.: 13 POSITIVA - CM.: 26 (13 x 2 col)

4º TRIBUNAL DO JÚRI DE SÃO LUÍS REALIZOU 17 JULGAMENTOS EM ABRIL

4º Tribunal do Júri de São Luís realizou 17 julgamentos em abril

Dos 17 julgamentos realizados pelo 4º Tribunal do Júri de São Luís em abril deste ano, os jurados condenaram 10 acusados de homicídio. As penas somadas totalizam mais de 133 anos de reclusão. No mesmo período, o Conselho de Sentenca absolveu seis réus. Foram colocadas na pauta de julgamento 22 ações. Dois júris foram adiados e três processos retirados da pauta, sendo dois para realização de diligências e um para exame de insanidade mental do acusado. Houve ainda uma desclassificacão para lesão corporal.

Foram condenados pelo júri popular: Walisson Cutrim – 7 anos e 11 meses de reclusão; Josimar de Jesus Mendes – 15 anos, 1 mês e 15 dias; Adriano Dias Pereira – 13 anos e 2 meses; Alexsandro Ferreira Costa – 12 anos e 6 meses; Paulo Roberto Ramos Lessa – 11 anos e três meses; Victor Lucci Costa da Silva – 15 anos, 7 meses e 15 dias; José Antônio Sá – 19 anos, 4

meses e 15 dias; Fredson Martins Costa – 6 anos, 1 mês e 23 dias; José Mota Pereira Filho – 21 anos; Sivirino Fernandes de Almeida Filho – 9 anos, 4 meses e 15 dias. Diego da Conceição Cruz teve a punibilidade extinta, devido à sua morte.

Walace Dean Santos Rocha foi condenado a dois anos e um mês de reclusão. Inicialmente, ele foi submetido a júri popular por tentativa de homicídio, mas os jurados desclassificaram a conduta do réu, e o juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, condenou o acusado por crime de lesão corporal grave.

O 4º Tribunal do Júri absolveu José de Ribamar Silva Serra, Olavo dos Santos Barra, José Ribamar Melo, Jorge Henrique Amaral da Costa, Wilson Vieira e Josué Carvalho da Silva. Todas as sessões foram realizadas no salão da 4ª Vara do Tribunal do Júri, instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa.